



MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

h

EDITAL

Nº 08/AM/EE/2025

JOAQUIN DE TORO LOPEZ, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, FAÇO PÚBLICO, em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 56º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e nove de dezembro dois mil e vinte e cinco, foram tomadas as seguintes deliberações: -----

-----“ ORDEM DO DIA:-----

3. Eleição de dois Presidentes de Junta de Freguesia (um efetivo e um substituto) para o Conselho Municipal de Educação. (Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, na atual redação, artigo 57, nº 1 alínea d)). -----

O Senhor Presidente, Joaquin de Toro Lopez, apresentou a seguinte **proposta:** Senhor **José Manuel Sobral Cavalinhos**, Presidente da União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu Serra, como efetivo, e o Senhor **Ricardo Jorge da Cruz**, Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, como suplente. -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Jaime António Pires de Cáceres que, em representação dos eleitos da CDU, apresentou a seguinte **proposta:** Senhor **David Oliveira Gorgulho**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, como efetivo, e o Senhor **Dário José Lourenço da Palma**, Presidente da Junta de Freguesia de Ermidas Sado, como suplente.” -----

Não havendo mais propostas de listas, o Senhor Presidente procedeu à atribuição da **letra A**, à primeira lista apresentada, **dos eleitos do STC**, e da **letra B**, à lista **apresentada pelos eleitos da CDU**. -----

Colocou, em seguida, as listas a votação, por voto secreto, tendo a **Lista A obtido quinze votos**, e a **Lista B quinze votos**. Verificado o empate, procedeu-se a nova votação, tendo o resultado se mantido com quinze votos para cada uma das listas apresentadas. -----

O Senhor Presidente após novo empate, das listas apresentadas, e de acordo com o número quatro do artigo quinquagésimo quinto, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, adiou a deliberação para a sessão seguinte. -----

4. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal. (Decreto-Lei nº 202/2024, de 18 de agosto, na atual redação, artigo 157, nº 1 alínea e)). -----

O Senhor Presidente, Joaquin de Toro Lopez, apresentou a seguinte **proposta:** Senhor **Carlos Manuel de Brito Pinto Rodrigues**, Presidente da Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo. -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Jaime António Pires de Cáceres que, em representação dos eleitos da CDU, apresentou a seguinte **proposta:** Senhor **Pedro**

dh

Miguel Candeias Pereira Gamito, Presidente da Junta de Freguesia de São Francisco da Serra. -----

Não havendo mais propostas de listas, o Senhor Presidente procedeu à atribuição da **letra A**, à primeira lista apresentada, **dos eleitos do STC**, e da **letra B**, à lista **apresentada pelos eleitos da CDU**. -----

Colocou, em seguida, as listas a votação, por voto secreto, tendo a **Lista A obtido catorze votos** e a **Lista B quinze votos, e um voto em branco**. -----

Perante o resultado foi eleito o **Senhor Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito**, Presidente da Junta de Freguesia de São Francisco da Serra, **para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal**. -----

5. Eleição até dois representantes das Freguesias do Concelho, para a Comissões Municipais de Gestão Integrada de Fogos Rurais. (Decreto-Lei nº 82/2021, de 13 de outubro, na atual redação, artigo 29, nº 3 alínea b)). -----

O Senhor Presidente, Joaquin de Toro Lopez, apresentou a seguinte **proposta**: Senhor **Fernando Nunes Pereira Ferreira Marques**, Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos. -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Jaime António Pires de Cáceres que, em representação dos eleitos da CDU, apresentou a seguinte **proposta**: Senhor **Fernando Gonçalves dos Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Água. -

Não havendo mais propostas de listas, o Senhor Presidente procedeu à atribuição da **letra A**, à primeira lista apresentada, **dos eleitos do STC**, e da **letra B**, à lista **apresentada pelos eleitos da CDU**. -----

Colocou, em seguida, as listas a votação, por voto secreto, tendo a **Lista A obtido quinze votos** e a **Lista B quinze votos**. Verificado o empate, procedeu-se a nova votação, tendo o resultado se mantido com quinze votos para cada uma das listas apresentadas. -----

O Senhor Presidente após novo empate, das listas apresentadas, e de acordo com o número quatro do artigo quinquagésimo quinto, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, adiou a deliberação para a sessão seguinte. -----

6. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil. (Lei nº 27/2006, de 3 de julho, na atual redação, artigo 41, alínea i)).

O Senhor Presidente, Joaquin de Toro Lopez, apresentou a seguinte **proposta**: Senhor **Carlos Manuel de Brito Pinto Rodrigues**, Presidente da Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo. -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Jaime António Pires de Cáceres que, em representação dos eleitos da CDU, apresentou a seguinte **proposta**: Senhora **Hélia Maria de Matos Rodrigues**, Presidente da Junta de Freguesia de Abela. -----

Não havendo mais propostas de listas, o Senhor Presidente procedeu à atribuição da **letra A**, à primeira lista apresentada, **dos eleitos do STC**, e da **letra B**, à lista **apresentada pelos eleitos da CDU**. -----

Colocou, em seguida, as listas a votação, por voto secreto, tendo a **Lista A obtido quinze votos** e a **Lista B catorze votos, e um voto em branco**. -----

Perante o resultado foi eleito o **Senhor Carlos Manuel de Brito Pinto Rodrigues**, Presidente da Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo, para a **Comissão Municipal de Proteção Civil**.-----

7. Designação de quatro cidadãos para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santiago do Cacém (CPCJ) (Lei nº 147/99, de 1 de setembro, na atual redação, artigo 17 nº1, alínea I)).-----

O Senhor Presidente, Joaquim de Toro Lopez, apresentou a seguinte **proposta: Senhora Angélica Aranda**-----

Senhora Paula Baltazar-----

Senhor Luis Candeias-----

Senhora Hélia Almeida-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Jaime António Pires de Cáceres que, em representação dos eleitos da CDU, apresentou a seguinte **proposta:** manter as três cidadãs que fazem parte da comissão:-----

Senhora Ermelinda Sobral-----

Senhora Cesaltina Sobral-----

Senhora Elizabete do Vale-----

E eleger mais um membro:-----

Senhora Maria da Conceição Pinela Pereira-----

o Senhor Presidente procedeu à atribuição da **letra A**, à primeira lista apresentada, **dos eleitos do STC**, e da **letra B**, à lista **apresentada pelos eleitos da CDU**.-----

Houve intervenções da Senhora Paula Maria Daniel de Melo Lopes, eleita da CDU, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, eleita da CDU, do Senhor Diogo Ramalheite Macedo de Sousa Gomes, eleito do RENOVAR e do Senhor António Manuel Rocha de Abreu, eleito do STC.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra o Senhor Presidente colocou, em seguida, as listas a votação, por voto secreto, tendo a **Lista A obtido quinze votos** e a **Lista B quinze votos**. Verificado o empate, procedeu-se a nova votação, tendo o resultado se mantido com quinze votos para cada uma das listas apresentados.-----

O Senhor Presidente após novo empate, das listas apresentadas, e de acordo com o número quatro do artigo quinquagésimo quinto, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, adiou a deliberação para a sessão seguinte.-----

8. Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL) – Substituição de um membro suplente.-----

O Senhor Presidente deu conhecimento que a Senhor Patrícia Alexandra Gomes Silva, solicitou a sua substituição, como membro suplente para a Assembleia Intermunicipal da CIMAL, eleição que teve lugar na sessão extraordinária desta Assembleia Municipal, no dia vinte e sete de novembro do corrente ano, pelo que se proceder-se-á a sua substituição pelo eleito seguinte na lista que foi apresentada, o Senhor Luís Miguel de Oliveira Gonçalves Raposo.-----

9. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

d

a) Grandes Opções do Plano e Orçamento/Dois Mil e Vinte e Seis, Dois Mil e Trinta. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Joaquin de Toro Lopez, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Bruno Gonçalves Pereira, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento Dois Mil e Vinte e seis, Dois Mil e Trinta. -----

*documento que será dado como reproduzido na Ata da reunião. -----

FUNDAMENTOS: - **UM-** De acordo com o nº 46-1 do ponto 11 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) nº 26 contabilidade e relato orçamental, publicadas em anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, na redação atual, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) ---

DOIS-Conforme o disposto na alínea c) do nº. 1 do art.º 33º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual. -----

No âmbito da apresentação das GOPs, o Senhor Presidente da Câmara Municipal Bruno Gonçalves Pereira referiu que os documentos ilustravam aquela que é a perspetiva da ação da Câmara Municipal para o ano de dois mil e vinte e seis, nas várias áreas de atuação da Autarquia.-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Intervieram os eleitos, Senhor Jaime António Pires de Cáceres, eleito da CDU, Senhor David Oliveira Gorgulho, eleito da CDU, Senhor Ricardo Jorge da Cruz, eleito do PS e o Senhor Carlos Manuel de Brito Pinto Rodrigues, eleito do STC. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra o Senhor Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com treze votos a favor, sendo doze das e dos eleitos/os do STC**, Senhor/a/e/s, Joaquin de Toro Lopez, José Manuel Cordeiro Catarino, António Manuel Alves Gamito de Matos, Luís Miguel de Oliveira Gonçalves Raposo, Paulo Alexandre Lopes Rodrigues dos Santos, Maria Margarida, José Alexandre Gonçalves Lino, António Manuel Rocha de Abreu, Rui Rodrigues Gonçalves, Carlos Manuel de Brito Pinto Rodrigues, José Manuel Sobral Cavalinhos, Fernando Nunes Pereira Ferreira Marques, e um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz.-----

Dezassete abstenções, sendo catorze das e dos eleitos/os da CDU, Senhor/a/e/s, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Jaime António Pires de Cáceres, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Norberto Valente Barradas, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Dário José Lourenço da Palma, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Fernando Gonçalves dos Santos, dois dos eleitos do CHEGA, Senhores Rúben Alexandre Vasco Rosa e Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro, e um do eleito do RENOVAR, Senhor Diogo Ramalhete Macedo de Sousa Gomes.-----

DECLARAÇÕES DE VOTO: Pela Senhora Margarida Santos, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “A CDU, força indispensável no concelho de Santiago do Cacém entende que a sua intervenção política

4

deve ser sempre orientada pela defesa do interesse público, dos trabalhadores, das populações e do desenvolvimento equilibrado do concelho. -----

O orçamento da Câmara Municipal de Santiago para 2026 integra um conjunto significativo de propostas, posições e preocupações que a CDU apresentou ao longo dos últimos anos, tanto em sede de órgão deliberativo como através da sua intervenção pública. -----

Medidas nas áreas da valorização dos serviços municipais, do investimento em infraestruturas essenciais, da ação social, do apoio ao movimento associativo, da educação, da cultura e da manutenção do espaço público, entre outras, refletem opções claras da CDU e possibilitam dar continuidade a um trabalho que já vinha a ser desenvolvido. -----

Reconhecendo que este orçamento incorpora, por um lado opções que transitam do orçamento anterior, por outros projetos desenvolvidos nos mandatos da CDU que vão ao encontro das necessidades concretas da população e que resultam, em parte, da persistência e coerência da intervenção da CDU, consideramos que estão criadas condições, sem abdicar da nossa autonomia política nem da crítica às opções com as quais possamos discordar para a sua viabilização, para o sentido de voto ser a abstenção. -----

A CDU reafirma que o seu voto não representa um apoio ao executivo municipal apoiado pelo PS/PSD/CDS e IL, mas sim um compromisso com soluções que respondam aos problemas do concelho e melhorem a qualidade de vida das populações. Continuaremos atentos à execução do orçamento, exigindo transparência, rigor na gestão dos recursos públicos e o cumprimento das medidas agora inscritas. -----

A CDU manterá uma oposição firme, responsável e construtiva, intervindo sempre com propostas e lutando para que todos possam viver melhor no nosso concelho”.-----

Pelo Senhor Diogo Ramalhete de Sousa Gomes, eleito pelo RENOVAR, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Nas grandes Opções do Plano verificamos boas intenções, com a inscrição de obras importantes, mas um início de execução moroso/reduzido. A dotação orçamental para as mesmas não se reflete de forma significativa em 2026; -----

. O caso da habitação avança-se com o cumprimento dos projetos do anterior executivo desconhecendo a existência de reforço para esta área tão importante e sensível;-----

. Do ponto de vista do “Ambiente, Inovação e Energia Limpa” e por forma a avançar com a transmissão energética, apesar de meritória a intenção da instalação de painéis solares em edifícios municipais e escolas consideramos importante dar um passo maior no sentido da produção de energia renovável, com a criação de empresa municipal para este efeito; -----

. Igualmente aqui não é possível perceber como serão definidas as regras claras e transparentes para a instalação de centrais fotovoltaicas. De igual modo existe atualmente a proteção de empresa mineira no Concelho de Santiago do Cacém e desconhece-se o pensamento estratégico do executivo sobre este rumo e se serão definidos / integrados mecanismos de proteção para pessoas e ambiente da implementação destas infraestruturas?-----

. Nada é referido relativamente à produção agrícola de baixa intensidade nem relativamente à estratégia de controlo de vegetação espontânea nos centros urbanos,

dh

temendo-se a continuidade da utilização de glifosato com todas as implicações do ponto de vista da saúde ambiental para as pessoas e animais; -----
. Não encontramos nenhuma medida para por cobro a situações inadmissíveis no séc. XXI como abastecimento de água potável (como por exemplo na Mulinheta) ou instalação de saneamento básico (como por exemplo em Faleiros);-----
. A construção do “complexo de Piscinas” em Vila Nova de Santo André está sub-orçamentada (Piscina Municipal da Marinha Grande teve um preço base superior a 12 milhões de euros, em 2025, contra os 2,5 milhões constantes na proposta “Grandes Opções do Plano e Orçamento”; -----
. Nada consta sobre a transmissão on-line das reuniões apesar desta questão ter sido anunciada na campanha, o que seria importante para maior envolvimento e escrutínio dos munícipes”.-----

b) Mapa de Pessoal 2026 -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Joaquin de Toro Lopez, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Bruno Gonçalves Pereira, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Mapa de Pessoal para 2026, com identificação dos postos de trabalho, cujas funções preenchem os requisitos de penosidade e insalubridade e nível atribuído. -----

A atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores que desempenham funções nas áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, higiene urbana, saneamento, procedimentos de inumações, exumações, transladações, cremação, abertura, aterro e arranjo de sepulturas, limpeza de canis e recolha de cadáveres animais, bem como de asfaltamento de rodovias, correspondente ao nível alto de penosidade e insalubridade, no valor de 4,99€ ou 15% da remuneração base diária, sendo abonado a que corresponde ao valor superior, por cada dia efetivamente prestado, em sujeição àquelas condições, com efeitos reportados a 01 de janeiro de 2026. -----

*documento que será dado como reproduzido na Ata da reunião. -----

FUNDAMENTOS: De Facto: Tendo em conta a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução, bem como a identificação dos postos de trabalho da carreira geral de assistente operacional cuja caracterização implica o exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade, e nível atribuído e é aprovado pela Assembleia Municipal. -----

De Direito: De acordo com o disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro. -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Não havendo inscrições para o uso da palavra o Senhor Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com treze votos a favor, sendo doze das e dos eleitos/os do STC,** Senhor/a/e/s, Joaquin de Toro Lopez, José Manuel Cordeiro Catarino, António Manuel Alves Gamito de Matos, Luís Miguel de Oliveira Gonçalves

Raposo, Paulo Alexandre Lopes Rodrigues dos Santos, Maria Margarida, José Alexandre Gonçalves Lino, António Manuel Rocha de Abreu, Rui Rodrigues Gonçalves, Carlos Manuel de Brito Pinto Rodrigues, José Manuel Sobral Cavalinhos, Fernando Nunes Pereira Ferreira Marques, e um do eleito do RENOVAR, Senhor Diogo Ramalhete Macedo de Sousa Gomes. -----

Dezassete abstenções, sendo catorze das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Jaime António Pires de Cáceres, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Norberto Valente Barradas, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Dário José Lourenço da Palma, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Fernando Gonçalves dos Santos, dois dos eleitos do CHEGA, Senhores Rúben Alexandre Vasco Rosa e Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro, e um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz. -----

c) Apoio às Freguesias do Município de Santiago do Cacém - Ano de 2026 -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Joaquin de Toro Lopez, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Bruno Gonçalves Pereira, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA**: Submeter à Assembleia Municipal a aprovação dos seguintes apoios às freguesias, a atribuir em 2026, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações: -----

(unidade: euros)

JUNTAS DE FREGUESIA	TRANSFERÊNCIAS		
	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
Abela	7.967,04	19.184,59	27.151,63
Alvalade	12.855,96	35.295,02	48.150,98
Cercal	18.339,01	37.402,25	55.741,25
Ermidas	16.713,48	16.484,11	33.197,59
Santo André	61.629,04	19.988,44	81.617,49
São Francisco	24.480,42	10.803,21	35.283,63
União Santiago Cacem, S.Cruz e S.Bartolomeu	133.066,81	72.640,77	205.707,58
São Domingos	10.335,29	20.846,60	31.181,89
Vale Agua	7.037,79	14.195,45	21.233,25
TOTAL	292.424,83	246.840,45	539.265,28

FUNDAMENTOS: De Facto: UM: As freguesias são entidades autárquicas que prestam, por excelência, serviços de proximidade às populações; -----

DOIS: Tal realidade acentua-se num Município como o de Santiago do Cacém, dada a sua extensão territorial e as diversas necessidades populacionais; -----

TRÊS: Estas autarquias recebem transferências da Administração Central, manifestamente insuficientes para que possam fazer face aos custos inerentes aos já referidos serviços que prestam às populações; -----

QUATRO: Ainda que competisse à Administração Central que as transferências de verbas que realiza para as freguesias sejam ajustadas e proporcionais às competências

conferidas, importa garantir a continuidade da prossecução, promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações através das Juntas de Freguesia; -----

CINCO: Encontra-se previsto nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026 dotações que englobam os apoios em causa. -----

De Direito: UM: Compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta, de acordo com o artigo 33.º n.º 1, alínea ccc) do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

DOIS: Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, de acordo com artigo 25.º n.º 1, alínea j) do supracitado regime. -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra o Senhor Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor, sendo doze das e dos eleitas/os do STC,** Senhor/a/e/s, Joaquin de Toro Lopez, José Manuel Cordeiro Catarino, António Manuel Alves Gamito de Matos, Luís Miguel de Oliveira Gonçalves Raposo, Paulo Alexandre Lopes Rodrigues dos Santos, Maria Margarida, José Alexandre Gonçalves Lino, António Manuel Rocha de Abreu, Rui Rodrigues Gonçalves, Carlos Manuel de Brito Pinto Rodrigues, José Manuel Sobral Cavalinhos, Fernando Nunes Pereira Ferreira Marques, **catorze das e dos eleitas/os da CDU,** Senhor/a/e/s, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Jaime António Pires de Cáceres, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Norberto Valente Barradas, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Dário José Lourenço da Palma, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Fernando Gonçalves dos Santos, **um do eleito do PS,** Senhor Ricardo Jorge da Cruz e **um do eleito do RENOVAR,** Senhor Diogo Ramalhete Macedo de Sousa Gomes.-----
Duas abstenções, dos eleitos do CHEGA, Senhores Rúben Alexandre Vasco Rosa e Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro. -----

**d) Comissão de Acompanhamento das Bolsas de Estudo para o Ensino Superior--
designação dos membros-mandato 2025-2029.**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Joaquin de Toro Lopez, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Bruno Gonçalves Pereira, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal a designação de dois dos seus membros para integrarem a Comissão de Acompanhamento das Bolsas de Estudo para o Ensino. -----

A representante da Câmara Municipal de Santiago do Cacém na Comissão de Acompanhamento das Bolsas de Estudo para o Ensino Superior a Senhora Vereadora Cláudia Sofia Sebastião Estevão. -----

A Técnica Superior e Chefe da Divisão da Educação, Intervenção Social e Saúde, Susana Isabel Messias Serrão para integrar a Comissão.-----

FUNDAMENTOS: Nº 1 do artigo 12º do Capítulo IV e nº 2, alíneas c) d) e) do artigo 12º do Capítulo IV do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior do Município de Santiago do Cacém publicado em Diário da República a 19 de julho de 2024.-----

O Senhor Presidente, Joaquin de Toro Lopez, para integrarem a Comissão de Acompanhamento das Bolsas de Estudo para o Ensino, apresentou a seguinte **Proposta:** Senhor **António Manuel Rocha de Abreu, eleito do STC** e o Senhor **Rúben Alexandre Vasco Rosa, eleito do CHEGA.**-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Jaime António Pires de Cáceres que, em representação dos eleitos da CDU, apresentou a seguinte **Proposta:** Senhora **Paula Maria Daniel de Melo Lopes** e o Senhor **Norberto Valente Barradas, eleitos da CDU.**-----

Não havendo mais propostas de listas, o Senhor Presidente procedeu à atribuição da **letra A**, à primeira lista apresentada, **pelos eleitos do STC**, e da **letra B**, à lista apresentada **pelos eleitos da CDU.**-----

Colocou, em seguida, as listas a votação, por voto secreto, tendo a **Lista A obtido dezasseis votos** e a **Lista B catorze votos.**-----

Tendo sido eleitos para **Comissão de Acompanhamento das Bolsas de Estudo para o Ensino Superior-designação dos membros-mandato 2025-2029** os Senhores **António Manuel Rocha de Abreu, eleito do STC** e **Rúben Alexandre Vasco Rosa, eleito do CHEGA.**-----

10. ATIVIDADE AUTÁRQUICA-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Joaquin de Toro Lopez, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Bruno Gonçalves Pereira, o qual apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de agosto e outubro de 2025.-----

*documento que será dado como reproduzido na Ata da reunião.-----

PARA CONSTAR SE PUBLICA ESTE E OUTROS DE IGUAL TEOR QUE VÃO SER AFIXADOS NOS LUGARES DE ESTILO.-----

Santiago do Cacém, cinco de janeiro de 2025

O PRESIDENTE,



